



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADA NOS DIAS 8 e 9 DE ABRIL DE 2021.

1 Nos dias oito e nove de abril de dois mil e vinte e um, na plataforma *Microsoft Teams*, foi realizada
2 a 18ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH. Estiveram
3 presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Dia: 08/04: Antônio Fernandes de Jesus
4 Vieira (APIB); Darci Frigo (DHESCA BRASIL); Eduardo de Carvalho Mota (MNMMR);
5 Elisabeth Villela Costa (FNDC); Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (UBM); Everaldo Bezerra
6 Patriota (OAB); Gabriel Saad Travassos do Carmo (DPU); Getúlio Vargas de Moura Júnior
7 (CONAM); Herbert Borges Paes de Barros (SNPG/MMFDH); Hugo Medeiros Gallo da Silva
8 (MJSP); Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB); Lucileine da Silva Souza (ENEGRECER); Joselito de
9 Araújo Sousa (PF); Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira (CNPNG); Mônica de Alkmim Moreira
10 Nunes (MNDH Brasil); Paulo Tavares Mariante (ABGLT); Ricardo Edgard Rolf Lima Bernhard
11 (MRE); Rogério Giannini (CFP); Sandra Maria da Silva Andrade (CONAQ); Virgínia Dirami
12 Berriel (CUT); Vivian Oliveira Mendes (UNISOL BRASIL); Yuri Michael Pereira Costa (DPU).
13 Dia 09/04: Darci Frigo (DHESCA BRASIL); Elisabeth Villela Costa (FNDC); Eneida Canêdo
14 Guimarães dos Santos (UBM); Everaldo Bezerra Patriota (OAB); Getúlio Vargas de Moura Júnior
15 (CONAM); Herbert Borges Paes de Barros (SNPG/MMFDH); Hugo Medeiros Gallo da Silva
16 (MJSP); Leandro Gaspar Scalabrin (ANAB); Joselito de Araújo Sousa (PF); Marcelo Chalreo
17 (OAB); Marcelo de Paulo Medeiros (SNPG/MMFDH); Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira
18 (CNPNG); Matheus Moreira e Silva de Aracoeli (MRE); Mônica de Alkmim Moreira Nunes (MNDH
19 Brasil); Paulo Tavares Mariante (ABGLT); Rogério Giannini (CFP); Virgínia Dirami Berriel
20 (CUT); Vivian Oliveira Mendes (UNISOL BRASIL); Yuri Michael Pereira Costa (DPU).

21 **9h30 – Abertura do 1º dia de Reunião Extraordinária – Presidente Yuri Costa.** O Presidente
22 Yuri Michael Pereira Costa iniciou a reunião cumprimentando a todos e desejando saúde nesse
23 momento. **Informes e Orientações Gerais – Presidente Yuri Costa:** Dando sequência, informou
24 que foi formalizada a estrutura para retorno da transmissão ao vivo das reuniões à SNPG, sendo que
25 estão sendo realizadas as adaptações necessárias. Destacou que há grande indicativo da
26 possibilidade de transmissão ao vivo para as próximas reuniões. Discorreu que o trabalho remoto
27 continua instalado como deliberado por esse Conselho e registrou o seu agradecimento a todos os
28 coordenadores de comissões e GTs por enviar os documentos. Solicitou que as notas, resoluções e
29 recomendações sejam enviadas em formato *Word* e não em PDF, uma vez que auxilia bastante na
30 elaboração de sugestões e apontamento pelos conselheiros. Notificou que receberam um convite da
31 Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para participar de uma reunião, no dia 12
32 de abril, às 16h30, na qual serão debatidos os impactos da pandemia no Brasil. Explanou que essa
33 reunião ocorrerá dentro da pauta da Comissão Especial de Direitos Humanos e Pandemia. Em
34 seguida, realizou os registros das seguintes reuniões relevantes: Reunião com o Observatório de
35 Direitos Humanos do CNJ no dia 23 de março; Reunião com a delegação da União Europeia e com
36 o Grupo de Trabalho do CNJ que trata da Política Nacional das Pessoas em Situação de Rua no dia
37 25 de março; Audiência Pública preparatória da missão em Pacaraima/RR no dia 5 de abril; e
38 Reunião para tratar da Política Nacional de Apoio a Vítimas de Crimes no dia 6 de abril. O
39 Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota informou que a Coordenação de Direitos Humanos do
40 Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas oficiou o governo do estado, para que os agentes policiais
41 cumpram a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de registrar a autorização do morador em
42 vídeo e áudio, como forma de não deixar dúvidas sobre o seu consentimento, caso precisem entrar
43 em uma residência para investigar a ocorrência de crime e não tenham mandado judicial.
44 Acrescentou que a permissão para o ingresso dos policiais no imóvel também deve ser registrada,
45 sempre que possível, por escrito. **Aprovação da Ata da 15ª Reunião Extraordinária do Conselho**
46 **Nacional dos Direitos Humanos – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira
47 Costa assinalou que a Ata foi previamente disponibilizada aos conselheiros com antecedência para
48 leitura, consultando-os se haveria algum destaque ou observação. O Conselheiro Joselito de Araújo
49 Sousa realçou e reafirmou o compromisso da PF de respeito aos direitos humanos e ao CNDH,
50 porém, registrou que desaprova, em nome da Polícia Federal, a Recomendação nº 05, de 18 de
51 março de 2021. O Conselheiro Hugo Medeiros Gallo da Silva ponderou que não gostaria de causar

52 atropelo na ordem do trabalho, todavia, a sua explanação está alinhada com o Conselheiro Joselito
53 de Araújo Sousa, questionando se há informações sobre os processos judiciais e documentos
54 relativos ao tema. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa sugeriu que a ordem da pauta fosse
55 seguida, uma vez que esse tema será debatido brevemente. Em seguida, colocou em processo de
56 votação em bloco a aprovação a Ata, a qual foi aprovada por unanimidade, estando presentes: MRE,
57 MMFDH, MJSP, DPU, PF, ANAB, APIB, CNPG, CONAQ, CUT, DHESCA, FNDC, MNDH,
58 OAB, UBM, UNISOL, CFP, MNMMR, ENEGRECER, ABGLT. **Referendum de Notas Públicas**
59 **do CNDH:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou a necessidade de referendar as
60 seguintes Notas Públicas do CNDH previamente acessíveis: (i) externa pesar pelas 300 mil pessoas
61 mortas por Covid-19 e pelo maior colapso sanitário e hospitalar da história do Brasil - Processo SEI
62 00135.206335/2021-47; (ii) referente à atuação do Governo do Distrito Federal (GDF) contra
63 catadoras e catadores - Processo SEI 00135.206317/2021-65; (iii) em repúdio a ataques à Liberdade
64 de Expressão por meio da
65 https://drive.google.com/drive/folders/1mUd_Kmb2YnL2dCCcx13R9Z62zdXvt
66 IV- aplicação da Lei de Segurança Nacional - Processo SEI 00135.206487/2021-40. Questionou se
67 haveria algum destaque e não havendo, passou ao processo de votação da Nota Pública (i), a qual
68 foi aprovada por unanimidade com as seguintes declarações de votos favoráveis: MMFDH, ANAB,
69 MRE, MJSP, CNPG, PF, CONAQ, CUT, DHESCA, FNDC, MNDH, OAB, UBM, UNISOL, CFP,
70 DPU. Em seguida, passou ao processo de votação da Nota Pública (ii), a qual foi aprovada por
71 unanimidade com as seguintes declarações de votos favoráveis: MMFDH, ANAB, MRE, MJSP,
72 CNPG, PF, CONAQ, CUT, DHESCA, FNDC, MNDH, OAB, UBM, UNISOL, MNMMR, DPU.
73 Em seguida, colocou em processo de votação a Nota Pública (iii), a qual aprovada por maioria com
74 as seguintes declarações de votos favoráveis: ANAB, CNPG, CONAQ, CUT, DHESCA, FNDC,
75 MNDH, UBM, OAB, MNMMR, DPU, UNISOL. Votos Contrários: MMFDH, MRE, MJSP.
76 Absteve-se: PF. **Referendo da Recomendação nº 05, de 18 de março de 2021, que recomenda a**
77 **adoção de providências para a gestão migratória e de ordenamento de fronteira no município**
78 **de Pacaraima-RR e garantia de direitos de pessoas migrantes indocumentadas no contexto da**
79 **pandemia de COVID-19 - Presidente Yuri Costa.** O Conselheiro Hugo Medeiros Gallo da Silva
80 observou que estão sendo mencionados alguns procedimentos e processos judiciais que embasam a
81 referida recomendação, questionando se o CNDH obteve acesso a informações com relação às
82 decisões judiciais desses processos. Caso contrário, sugeriu a busca de informações, alegando que

83 não se sente confortável em discutir um documento que menciona processos judiciais sem que
84 tomasse conhecimento. Questionou também sobre o envio de relatório ao CNDH que subsidie o
85 considerando. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa explanou que há uma Ação Civil Pública
86 (ACP) movida em conjunto pela DPU e pelo MPF, na qual houve deferimento pela Justiça Federal
87 do Acre, proibindo que sejam adotados os procedimentos pela PF, sobretudo, daqueles referidos na
88 recomendação. O Conselheiro Gabriel Saad Travassos do Carmo afirmou que não existe nenhum
89 confronto com relação a evitar a busca e a apreensão em casos de ausência de flagrância de acordo
90 com a lei. Esclareceu que a migração não é caracterizada como infração, visto que a Lei nº 13.445,
91 art. 4º, §1º, determina ao Estado o dever de prestar assistência independente da situação migratória.
92 Relembrou que os processos são ACPs disponíveis nos Tribunais Regionais Federais (Rio Grande
93 do Sul, Acre e Roraima) e recordou que os fatos ocorridos na operação foram amplamente
94 noticiados. Recordou também que o Código de Processo Civil (CPC) pontua que independe de
95 prova os fatos notórios e parabenizou o CNDH pela elaboração da recomendação, colocando a DPU
96 à disposição. Observou que não é competência da PF vigiar a aplicação de medidas sanitárias,
97 sendo que questionaram à Força Nacional de Segurança Pública (FNDP) e ao Departamento de
98 Migrações da PF os motivos da operação. Informou que a Dra. Natália von Rondow, Defensora
99 Pública Federal do Comitê Temático Pacaraima, elaborou um relatório minucioso sobre esses e
100 outros fatos para promover o monitoramento de violações aos direitos humanos, o qual ainda não
101 foi publicado. Afirmou que a DPU terá grande satisfação em compartilhar a solicitação de
102 informações e o relatório produzido e lembrou que os dados que embasam os considerandos são
103 fatos notórios e públicos. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros agradeceu pelas falas
104 preliminares e registrou que o MMFDH ficou bastante incomodado com a operação realizada, o que
105 gerou debates internos e com os órgãos responsáveis. Todavia, observou que a forma como a
106 recomendação foi escrita e divulgada deu a impressão que o CNDH estaria afirmando ou indicado
107 que os órgãos mencionados teriam atuado em desconformidade com a lei e sem ordem judicial.
108 Compreendeu que, talvez, pela complexidade do tema teria sido oportuno a elaboração de uma
109 manifestação em Nota Pública ao invés de *ad referendum*. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota
110 afirmou que não possui a intenção de restringir o debate, mas acredita que devem referendar a Nota
111 Pública, sendo que tornará sem efeito caso não seja referendada. Salientou que o Conselheiro Hugo
112 Medeiros Gallo da Silva está questionando a veracidade dos elementos de cognição apresentados na
113 Recomendação, explanando que os processos são todos públicos. O Presidente Yuri Michael

114 Pereira Costa alegou que as entidades devem ter a oportunidade para justificar o referendo ou não.
115 O Conselheiro Hugo Medeiros Gallo da Silva frisou que em nenhum momento questionou a
116 veracidade das informações que constam na Recomendação, explicando que a sua colocação foi no
117 sentido de saber se houve alguma comunicação específica ao Conselho Nacional com relação às
118 decisões. Postulou que tem muito interesse em fazer a leitura do relatório do DPU por haver ações
119 recentes e por ser oportuno o aprofundamento dos fatos. O Vice-Presidente Darci Frigo destacou
120 que o CNDH tem se pautado em posições fundamentadas e inferiu que é importante ter um diálogo
121 qualificado diante os problemas relatados na Recomendação no momento da atuação das forças. O
122 Presidente Yuri Michael Pereira Costa reforçou que a Presidência e a Mesa Diretora do CNDH têm
123 a ciência da natureza de cada um dos atos, afirmando que têm sido priorizadas as práticas de lesão
124 aos direitos humanos. Findas as discussões, colocou em processo de votação o Referendo da
125 Recomendação nº 05, de 18 de março de 2021, o qual foi aprovado por maioria, com o registro dos
126 seguintes votos favoráveis: ANAB, APIB, CNPG, CONAQ, CUT, DHESCA, MNDH, OAB, UBM,
127 UNISOL, MNMMR, DPU. Voto contrário: PF. Abstiveram-se: MMFDH, MRE, MJSP, CNJ.
128 **Referendo Recomendação nº 07, de 26 de março de 2021, que recomenda a retirada de pauta**
129 **dos Projetos de Lei nº 3.292/2020 e nº 4.195/2012, em trâmite na Câmara dos Deputados, que**
130 **propõem alterações no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Lei nº.**
131 **11.947/2009) Processo SEI 00135.206503/2021-02 - Presidente Yuri Costa:** O Conselheiro
132 Herbert Borges Paes de Barros solicitou esclarecimentos sobre a urgência em relação à tramitação
133 dos PLs e o Presidente Yuri Michael Pereira Costa esclareceu que houve pedido de tramitação em
134 regime de urgência. Não havendo mais manifestações, colocou em processo de votação o Referendo
135 da Recomendação nº 07, de 26 de março de 2021, o qual foi aprovado por maioria com a seguinte
136 declaração de votos favoráveis: ANAB, CONAQ, CUT, DHESCA, FNDC, PF, MNDH, CNJ,
137 OAB, UBM, UNISOL, DPU, MNMMR, CFP. Abstiveram-se: MMFDH, MRE, MJSP. **Referendo**
138 **da indicação de representantes do CNDH, Everaldo Patriota (titular) e Paulo Mariante**
139 **(suplente), para integrar o Comitê-Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas**
140 **Desaparecidas, nos termos do art. 8º, X e § 1º, do Decreto nº 10.622, de 9 de fevereiro de 2021,**
141 **para conhecimento e análise deste colegiado, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos**
142 **Humanos – CNDH Processo SEI 00135.204003/2021-28 – Presidente Yuri Costa:** Não havendo
143 manifestações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de votação o
144 Referendo da indicação de representantes do CNDH para integrar o Comitê-Gestor da Política

145 Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, o qual foi aprovado por unanimidade, estando
146 presentes: ANAB, CONAQ, CUT, DHESCA, FNDC, PF, MNDH, CNJ, OAB, UBM, UNISOL,
147 DPU, MNMMR, CFP, MMFDH, MRE, MJSP. **Referendo da indicação de representante do**
148 **CNDH, na pessoa de seu presidente, ao Observatório de Direitos Humanos do Poder**
149 **Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça Processo SEI 00135.203898/2021-83 – Presidente**
150 **Yuri Costa.** Não havendo manifestações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em
151 processo de votação o Referendo da indicação de representante do CNDH ao Observatório de
152 Direitos Humanos do Poder Judiciário, o qual aprovado por unanimidade, estando presentes:
153 ANAB, CONAQ, CUT, DHESCA, FNDC, PF, MNDH, CNJ, OAB, UBM, UNISOL, DPU,
154 MNMMR, CFP, MMFDH, MRE, MJSP. **Apresentação do Manual do Biênio 2021-2022,**
155 **produzido pela Secretaria Executiva – Presidente Yuri Costa e Secretaria Executiva:** O
156 Presidente Yuri Michael Pereira Costa apresentou o Manual do Biênio 2021-2022, explicando que
157 se trata de um repositório de informações com o propósito de instruir todos os conselheiros e aos
158 interessados referentes a competências, composição, estrutura organizacional, detalhamento de
159 fluxos e processos e instrumentos e formas de atuação desse Conselho Nacional. Destacou e
160 agradeceu o trabalho realizado pela Secretaria Executiva. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin
161 registrou que possui algumas sugestões de alteração, que poderão ser encaminhadas à Mesa.
162 **Ciência e aprovação do Memorando de Entendimento a ser celebrado entre CNDH e**
163 **UNAIDS, com o propósito de intensificar diálogo e cooperação para alcançar seus objetivos**
164 **comuns, especialmente no que diz respeito à promoção de ações efetivas orientadas pela**
165 **Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020 do CNDH, este plano de ação também será**
166 **inspirado no relatório do UNAIDS “Direitos Humanos na Pandemia”, publicado naquele**
167 **mesmo ano – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa explicou sobre o
168 instrumento de formalização da parceria entre o CNDH e o UNAIDS, destacando o Item B da
169 Seção: As Partes Concordam com o Seguinte, que trata diretamente da Resolução do CNDH nº
170 40/2020 e ao levantamento de informações. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros pontuou
171 a necessidade de avaliação pela CONJUR/MMFDH sobre o formato e o atendimento às normativas
172 que implicam sobre qualquer parceria com os órgãos da administração federal, recomendando que
173 fosse seguido o procedimento para apresentação da proposta já com mérito aprovado pelo
174 Conselho. Acatada a proposta colocada pelo Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros, o
175 Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de votação o mérito do Memorando de

176 Entendimento a ser celebrado entre CNDH e UNAIDS, que será encaminhado à
177 CONJUR/MMFDH para análise de formalidade. Aprovado por unanimidade, estando presentes:
178 MMFDH, MRE, MJSP, DPU, PF, CNJ, ANAB, APIB, CNPG, CONAQ, CUT, DHESCA, FNDC,
179 MNDH, OAB, UBM, UNISOL, MNMMR, CFP, ENEGRECER, ABGLT. **Consolidação de**
180 **coordenações e composição das Comissões/Subcomissões/GTs do CNDH para fins de**
181 **elaboração e publicação da respectiva resolução – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri
182 Michael Pereira Costa lembrou que foi concedido um prazo até o dia 31 de março com a finalidade
183 de cumprimento do Regimento Interno, questionando se haveria alguma observação em relação à
184 lista previamente apresentada. O Vice-Presidente Darci Frigo solicitou que fosse complementada a
185 informação sobre as Comissões de Direito à Alimentação Adequada e de Segurança Pública. O
186 Presidente Yuri Michael Pereira Costa informou que a Comissão Extraordinária de Direitos
187 Humanos e Pandemia e as Comissões de Direito à Alimentação Adequada foram consolidadas. O
188 Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota registrou que a Comissão de Segurança Pública está
189 concluída, porém, existe uma dificuldade com relação ao grande número de conselheiros que
190 querem compor essa comissão e a definição da coordenação. O Presidente Yuri Michael Pereira
191 Costa comprometeu-se em fazer o debate com relação à Comissão de Segurança Pública, passando
192 ao próximo item. **Consolidação dos temas da Mesa Diretora e das Comissões/Subcomissões**
193 **indicados como prioritários e estratégicos ao CNDH para o biênio 2021-2022 – Presidente**
194 **Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa apresentou planilha com os temas indicados
195 como prioritários e estratégicos aos CNDH para o biênio 2021-2022, questionando se haveria
196 alguma observação. O Vice-Presidente Darci Frigo observou que houve um equívoco em uma das
197 prioridades da Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das Obrigações
198 Internacionais em Matéria de Direitos Humanos, solicitando a retirada da segunda prioridade:
199 *“Atuar a partir do Comitê de Política Externa e Direitos Humanos: incidir junto ao Ministério das*
200 *Relações Exteriores para acompanhamento de casos de violações de direitos humanos”*. Explicou
201 que a redação correta já foi encaminhada à Secretaria Executiva e referendada na última reunião da
202 Comissão. Propôs que sejam projetados os temas prioritários da planilha definidos pela Mesa
203 Diretora. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa elencou como temas prioritários: 1. Pandemia e
204 Direitos Humanos, 2. Combate ao Racismo, 3. Participação e Defesa da Democracia, 4. Liberdade
205 Expressão, 5. Consolidação do CNDH como INDH, 6. Atuação em Casos Emblemáticos e
206 Situações Emergenciais. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota solicitou a projeção dos temas

207 prioritários da Comissão de Litigância Estratégia e constato que não foram incluídos, afirmou que já
208 foram enviados juntamente com os temas prioritários da Comissão Permanente de Privação de
209 Liberdade. A Conselheira Elisabeth Villela Costa comunicou que será consubstanciada
210 completamente a estratégia para o biênio da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à
211 Liberdade de Expressão, justificando que não pode participar da última reunião devido a problemas
212 de saúde na família. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa solicitou que os complementos sejam
213 realizados brevemente até o início da próxima semana. O Vice-Presidente Darci Frigo ressaltou que
214 se esforçaram para organizar as bases do CNDH nas reuniões até abril, sendo que a partir desse
215 momento será definido outro tipo de ritmo, entendendo que a Mesa Diretora deve debruçar-se sob a
216 abertura de espaço para debates e analisar se as prioridades se materializam em ações concretas.
217 Não havendo mais manifestações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa considerou a planilha
218 aprovada por unanimidade dos presentes. **Relato da 9ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre o**
219 **Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com**
220 **Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP) – Conselheiro Rogério Giannini:** O
221 Conselheiro Rogério Giannini observou que o Grupo de Trabalho é composto por entidades
222 externas ao CNDH, o qual foi organizado pela incidência do Conselho em função da Portaria do
223 Ministério da Saúde que extinguiu as equipes de apoio psicossocial em liberdade com a justificativa
224 da pouca disseminação dessas equipes no território brasileiro. Relatou que houve uma reação
225 bastante aguda da sociedade civil, CNJ e DPU contrárias a essa extinção, visto que o Ministério da
226 Saúde, em negociação com o CNDH e com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos
227 Deputados, revogou a extinção das equipes e propôs a criação de um GT que trabalhasse a
228 possibilidade de avanços e condições de ampliação dos serviços como política pública e de
229 atendimento de toda a população. Discorreu que o GT foi constituído e foram feitas oito reuniões
230 quinzenais, nas quais foram definidos os seguintes produtos: 1. Manual de Funcionamento das
231 Equipes; 2. Estudo sobre a possibilidade de ampliação das equipes; 3. Contratação de consultoria
232 para repensar no modelo das equipes. Informou que já foram realizadas duas reuniões em 2021 e já
233 possuiu outra reunião agendada, pontuando que o Ministério da Saúde teve dificuldade para
234 operacionalizar os produtos do GT, elencando-os. Ponderou que o CNDH oficiou o Ministério da
235 Saúde para recompor a equipe de representação no GT e que ficou encaminhada, para a próxima
236 reunião, a apresentação do seu posicionamento claro sobre os seus objetivos em relação às equipes.
237 Não havendo nenhum comentário em relação ao relato, passou ao próximo item de pauta. **Relato da**

238 **2ª Reunião da Comissão Especial para revisão do Regimento Interno do Conselho Nacional**
239 **dos Direitos Humanos – Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa
240 informou que a Comissão Especial se reuniu duas vezes no mês de março, lembrando que, tal como
241 colocado na última reunião plenária, foi concedido prazo até dia 20 de março para que fossem
242 apresentadas as propostas de reformulação do Regimento Interno. Manifestou que também foi
243 oportunizado à Secretaria Executiva a realização de eventuais contribuições de alteração e
244 comunicou que a próxima reunião está agendada para o dia 14 de abril, observando que possuem
245 um prazo de seis meses para apresentar a proposta de atualização de Regimento Interno. O
246 Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin destacou a importância da participação da Secretaria
247 Executiva, sugerindo que fosse realizada uma reunião com essa instância e com os servidores para
248 que possam apresentar as suas observações e melhorar o processo. O Presidente Yuri Michael
249 Pereira Costa afirmou que essa questão foi oportunizada a Secretaria Executiva e o Vice-Presidente
250 Darci Frigo notificou que a reunião da Secretaria Executiva do CNDH está agendada para o dia 13
251 de abril, na qual foi convidada a antiga Secretária Executiva. **Relato da 2ª e 3ª Reunião do Grupo**
252 **de Trabalho constituído a partir de medida cautelar deferida pelo STF na ADPF n.º 742, que**
253 **tem por finalidade debater, aprovar e monitorar a execução de Plano Nacional de Combate**
254 **aos Efeitos da Pandemia de Covid-19 nas Comunidades Quilombolas - Processo SEI nº**
255 **90790.001104/2020-27 – Vice-Presidente Darci Frigo:** O Vice-Presidente Darci Frigo
256 compreendeu que, talvez, a pessoa mais titular desse processo é a Conselheira Sandra Maria da
257 Silva Andrade, uma vez que possui uma percepção concreta das questões colocadas. Ponderou que
258 as questões centrais foram disponibilizadas pelo *chat* da reunião, como a manifestação conjunta dos
259 movimentos sociais apresentado no dia 7 de abril. Relatou que foi realizado o envio da primeira
260 proposta do Plano Nacional de Combate aos Efeitos da Pandemia de Covid-19 nas Comunidades
261 Quilombolas, para que as primeiras contribuições fossem realizadas até o feriado da Semana Santa,
262 porém, houve um atraso no envio dessa proposta, prejudicando a envio das respostas. Registrou que
263 o processo de vacinação das comunidades quilombolas iniciou em vários locais do país, entretanto,
264 a base concreta do censo do IBGE é muito distante da realidade. Destacou que a reunião do dia 7 de
265 abril se pautou em debates e o MMFDH tem o prazo até o dia 9 de abril para apresentar ao Ministro
266 Relator a proposta, a qual há o entendimento de que não se trata de um plano. A Conselheira Sandra
267 Maria da Silva Andrade complementou alegando que houve um grande descontentamento dos
268 especialistas que trabalharam com a CONAQ na elaboração das contribuições ao Plano, visto que

269 essas contribuições não foram incluídas. Postulou que foi destacada a resistência em cumprir a
270 determinação do STF e da Constituição Federal e explanou que foram apresentadas as ações
271 realizadas em 2020 e não um plano, havendo várias manifestações dos especialistas. Arrazouo que
272 houve a imposição de que essas manifestações fossem incorporadas ao Plano, o qual será enviado
273 aos membros do GT para uma análise rápida. Mencionou que estão aguardando a contestação no
274 STF, visto que não houve o cumprimento da decisão. Afirmou que continuarão lutando para que o
275 governo cumpra e redija um Plano condizente com a realidade e a necessidade das comunidades
276 quilombolas. **Relato da Comissão Permanente de Promoção e Defesa dos Direitos das**
277 **Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento ao Racismo**
278 **- Conselheiras Sandra Maria da Silva Andrade, Eneida Guimarães e Lucileine da Silva Souza**
279 **e Conselheiro Paulo Mariante:** A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos registrou que
280 a reunião da Comissão foi rica e efervescente, como muita reação construtiva em relação aos
281 acontecimentos dos segmentos que são objeto de debate. Elencou os membros presentes e discorreu
282 foram debatidos os seguintes questões: meninos desaparecidos de Belford Roxo/RJ; relatório do
283 Comitê da Convenção pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
284 (CEDAW) do MMFDH, relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); as
285 ameaças em curso quanto a gênero e educação; PL apresentado pelo Senador João; e a narrativa da
286 Xuxa Meneghel. A Conselheira Lucileine da Silva Souza complementou relatando que tiveram uma
287 reunião com o Conectas Direitos Humanos, que atuam com os familiares dos meninos
288 desaparecidos em Belford Roxo/RJ, após a reunião da Comissão. Ressaltou que se trata de um caso
289 muito delicado, uma vez que o Ministério Público não respondeu os ofícios enviados pelo Conectas
290 e CNDH e a polícia não possui um relato claro. Comentou que solicitaram o reenvio dos ofícios e
291 que se colocou à disposição para fazer contato direto com os familiares para entender melhor o
292 processo, porém, ainda está aguardando o retorno da ONG. Com relação ao relatório do Comitê
293 CEDAW do MMFDH, a Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos explicou que foi
294 formada uma comissão para tratar dessa discussão, na qual houve o entendimento de que as
295 respostas não devem ser dadas por esse Conselho, visto que não possui a competência de
296 empreender ações referentes às demandas apresentadas pelo Comitê. Ponderou que o CEDAW deve
297 ser compreendido pelos estados signatários como parâmetros das ações estatais na promoção dos
298 direitos humanos das mulheres e na repressão da violência a esses direitos no âmbito público e
299 privado. Afirmou que o CNDH não tem que fornecer os subsídios para elaboração do relatório do

300 MMFDH, no entanto, observou que a nota trabalhada de orientação sobre o CEDAW traz questões
301 importantes, as quais não podem deixar de serem comentadas, como por exemplo: o impacto
302 desproporcional da pandemia na saúde das mulheres; a proteção de mulheres e meninas; a
303 participação igual das mulheres na tomada de decisão; a garantia de educação continuada; a questão
304 das mães solteiras; as mulheres indígenas, quilombolas, LGBTI, etc.; a aplicação da Lei Maria da
305 Penha e entre outras. O Conselheiro Paulo Tavares Mariante registrou que, na próxima reunião da
306 Comissão, será trazida a discussão sobre a violência contra LGBTs a partir do relatório da ANTRA
307 e do Grupo Gay da Bahia (GGB), destacando o desmonte de políticas voltadas para essa população.
308 Com relação à educação e preocupação de medidas contra o respeito à diversidade, lembrou que a
309 Lei de Diretrizes Básicas (LDB) garante o direito à diversidade na educação, afirmando que esse
310 assunto também será debatido na próxima reunião da Comissão. Solicitou que passassem ao
311 relatório do CEDAW e à proposta de Nota Pública do CNDH em relação à manifestação da Xuxa
312 Meneghel. A Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira questionou sobre a possibilidade de
313 realizar a votação da Nota Pública e do relatório no segundo dia de reunião, uma vez que ficou
314 responsável pela revisão dos textos e não teve tempo hábil, o que foi acatado pelos membros da
315 Comissão. O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros observou que as solicitações dos órgãos
316 de tratado são apresentadas ao Estado Brasileiro, na qual se buscar obter informações de todos os
317 órgãos de Estado. Salientou que o CNDH tem como contribuir a partir do seu posicionamento,
318 sugerindo que a Comissão de Monitoramento de Obrigações Internacionais fosse instada a se
319 manifestar antes de qualquer posicionamento do plenário. O Vice-Presidente Darci Frigo entendeu
320 que é necessário definir qual o sentido dessa avaliação pela Comissão de Monitoramento de
321 Obrigações Internacionais, ponderando que essa questão levará tempo. O Conselheiro Paulo
322 Tavares Mariante acrescentou que o prazo para resposta é até o dia 11 de abril, elucidando que o
323 ofício enviado pela assessoria do MMFDH havia questionamento sobre as ações desenvolvidas pelo
324 CNDH. A Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira explicou que o conteúdo do ofício está
325 equivocado, o que não significa que o CNDH não elaborará a manifestação do monitoramento e dos
326 entendimentos das pesquisas e das políticas acompanhadas. O Conselheiro Herbert Borges Paes de
327 Barros agradeceu pelos esclarecimentos e concordou que a apreciação dos documentos fosse
328 realizada no segundo dia de reunião, ponderando que buscará explicações do Ministério sobre o
329 equívoco no pleito, inclusive, questionará sobre a possibilidade de extensão do prazo. Em seguida, a
330 Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos apresentou a proposta de Nota Pública do

331 CNDH em razão do Projeto de Lei nº 5.435/2020, que dispõe sobre o Estatuto da Gestante,
332 informando que pretendem elaborar também uma recomendação. O Conselheiro Herbert Borges
333 Paes de Barros afirmou que realizou a leitura da proposta e observou que o PL foi retirado de pauta
334 e será apresentado um novo texto pelo autor. Discorreu que existe o entendimento de que há pontos
335 da nota com possibilidade de convergência com o posicionamento do Ministério, explanando que
336 gostariam de ter a oportunidade de realizar um diálogo envolvendo os conselheiros e a Secretaria
337 Nacional de Política para as Mulheres (SNPM) e a Secretaria Nacional da Família (SNF). Nesse
338 sentido, sugeriu sobrestar a análise da nota e retornar a discussão na próxima reunião, para que
339 possam viabilizar essa reunião. Acolhida a sugestão do Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros
340 pelos membros da Comissão, o Conselheiro Paulo Tavares Mariante compreendeu que essa reunião
341 proposta deve ser realizada antes da próxima reunião da Comissão, salientando que não fica
342 tranquilo diante o modo como as propostas conservadoras têm avançado no Congresso Nacional. O
343 Presidente Yuri Michael Pereira Costa intuiu que é de muita valia a observação colocada,
344 ponderando que os itens mais urgentes devem ser tratados de modo urgente. Colocou a Presidência
345 e a Mesa Diretora à disposição da Comissão para avançar, caso percebam alguma movimentação no
346 Congresso Nacional. **Relato da Comissão Permanente Direito Humano à Alimentação**
347 **Adequada - Conselheiro Getúlio Vargas:** Constatada a ausência do Conselheiro Getúlio Vargas
348 de Moura Júnior, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa passou ao item para o segundo dia de
349 reunião. **Conclusão do 1º dia da 18ª Reunião Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri**
350 **Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou agradeceu a participação de todos,
351 encerrando o 1º dia da 18ª Reunião Extraordinária do CNDH. **9h - Abertura do 2º dia de Reunião**
352 **Extraordinária do CNDH - Presidente Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa
353 iniciou o segundo dia da 18ª Reunião Extraordinária do CNDH registrando as boas-vindas a todos
354 os presentes e desejando um bom trabalho. Antes de iniciar os itens de pauta, informou que o
355 diálogo com a CIDH do dia 12/04 está confirmado, explicando que esse momento será realizado em
356 sala virtual específica, em *link* próprio, enviado pela referida Comissão. Explanou que esse diálogo
357 dará incidentalmente na reunião da Comissão Especial de Direitos Humanos e Pandemia, que
358 iniciará às 14h30 do dia 12/04. A Conselheira Elisabeth Villela Costa questionou se haverá a
359 apresentação de algum documento nessa reunião, sendo esclarecida que será realizada apenas trocas
360 de informações. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou a presença da convidada
361 Adriana Costa, representante do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

362 (MNPCT). O Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros informou que o Sr. Marcelo de Paulo
363 Medeiros acompanhará a maior parte desse dia de reunião como representante do MMFDH,
364 apresentando-o. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa concluiu os informes, discorrendo que a
365 CIDH fará o lançamento do relatório sobre direitos humanos no Brasil no dia 14/04, às 11h,
366 destacando que o convite será encaminhado a todos os conselheiros. O Conselheiro Herbert Borges
367 Paes de Barros compartilhou que realizou um diálogo com a Assessoria Internacional, que estendeu
368 o prazo para resposta em relação ao relatório da CEDAW até o dia 14 de maio, solicitando que o
369 referido relatório seja encaminhado à Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na
370 Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos. Questionado sobre
371 a disponibilização de *link* de transmissão da reunião da CIDH para acompanhamento de entidades e
372 organizações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa comprometeu-se em apresentar esse *link* que
373 ainda não foi disponibilizado. O Conselheiro Matheus Moreira e Silva de Aracoeli informou que as
374 reuniões da CIDH são transmitidas ao vivo pelo *Youtube*. O Vice-Presidente Darci Frigo
375 comunicou que a Conselheira Sandra Maria da Silva Andrade será vacinada hoje por causa da
376 ADPF Quilombola, justificando o seu atraso. Alegou que ainda não recebeu o Plano Nacional de
377 Combate aos Efeitos da Pandemia de Covid-19 nas Comunidades Quilombolas que seria
378 encaminhado, cujo prazo de apresentação para o STF está previsto para hoje. A Conselheira Eneida
379 Canêdo Guimarães dos Santos comunicou sobre o falecimento do Presidente Municipal do Comitê
380 do PCdoB de Belém/PA de Covid-19 e sobre a sua participação em reunião com pauta relacionada à
381 pauta das mulheres e dos direitos humanos. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior
382 registrou que foi comemorado o Dia Mundial da Saúde no dia 7 de abril, destacando que foram
383 feitas várias mobilizações de defesa da saúde. A Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes
384 relatou que o Decreto nº 9759/2019 completa dois anos no dia 11 de abril e será realizada uma
385 semana de atividades para o fortalecimento da democracia participativa e do estado democrático de
386 direitos. A Conselheira Elisabeth Villela Costa lembrou que o dia 7 de abril também foi o Dia do
387 Jornalista, no qual foi realizada a divulgação de pesquisa nacional sobre os jornalistas mortos na
388 cobertura da pandemia feita com os 31 sindicatos filiados à Federação Nacional de Jornalistas.
389 Acrescentou que foi entregue uma carta aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos
390 Deputados denunciando essa situação e solicitando a proteção ao exercício profissional diante os
391 ataques que a categoria tem sistematicamente sofrido. **Retomada dos pontos de pauta não**
392 **encerrados no dia anterior:** Iniciando pela proposta de Relatório da Comissão Permanente de

393 Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade
394 Racial e Enfrentamento ao Racismo diante da Exigência do Comitê sobre a Eliminação de Todas as
395 formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Covid-19 ao Governo Brasileiro –
396 MMFDH, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa retomou a explanação do Conselheiro Herbert
397 Borges Paes de Barros sobre o adiamento do prazo concedido para após o próximo pleno,
398 questionando se essa questão estaria condicionada a uma solicitação formal do CNDH. O
399 Conselheiro Herbert Borges Paes de Barros discorreu que conversou com a responsável pelos
400 relatórios internacionais a qual colocou a possibilidade de extensão do prazo, entendendo que seria
401 importante que a Secretaria Executiva enviasse um ofício com essa solicitação. Notificou que houve
402 uma falha na solicitação encaminhada pelo MMFDH, tal como dialogado no primeiro dia de
403 reunião. Explanou que também será realizado o ajuste na demanda encaminhada ao Conselho
404 Nacional na mesma resposta do ofício confirmando a extensão do prazo até 14 de maio. O
405 Presidente Yuri Michael Pereira Costa destacou a importância dessa ampliação do prazo,
406 questionando aos membros da Comissão sobre a concordância ou não quanto à proposta de
407 apreciação do relatório da CEDAW na próxima reunião extraordinária do CNDH do mês de maio.
408 Havendo concordância, o Conselheiro Paulo Tavares Mariante sugeriu que fosse realizado um
409 trabalho conjunto entre a Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na Implementação das
410 Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos e a Comissão Permanente de Promoção
411 e Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e
412 Enfrentamento ao Racismo. O Vice-Presidente Darci Frigo concordou com a proposta e solicitou
413 que a demanda seja encaminhada para a Comissão Permanente de Monitoramento e Ações na
414 Implementação das Obrigações Internacionais em Matéria de Direitos Humanos. Realizadas todas
415 as manifestações, foram definidos os seguintes encaminhamentos: a) A Secretaria Executiva
416 formalizará pedido solicitando dilação de prazo para o primeiro dia útil após a reunião plenária; b)
417 A Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira encaminhará as contribuições já realizadas por
418 ela na segunda-feira para os demais conselheiros; c) Será organizada agenda conjunta das
419 Comissões para discussão do relatório. Passando à apresentação da Proposta de Nota Pública do
420 CNDH sobre a Fala de Xuxa (Maria da Graça Meneghel) sobre o uso de pessoas privadas de
421 liberdade como cobaias para a indústria farmacêutica, o Conselheiro Paulo Tavares Mariante
422 realizou uma breve contextualização dos debates realizados para construção da proposta de Nota
423 Pública. A Conselheira Dra. Márcia Regina Ribeiro Teixeira retomou a explanação da Xuxa,

424 destacando que foi ressoado o estereótipo do “pessoal dos direitos humanos”. O Conselheiro
425 Herbert Borges Paes de Barros lembrou que a apresentadora foi parceira do MMFDH em pautas
426 relativas à defesa dos direitos humanos, propondo destacar a preocupação do CNDH com todos os
427 direitos humanos. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota entendeu que essa nota deve focar
428 apenas nas pessoas privadas de liberdade e a Conselheira Virgínia Dirami Berriel intuiu que ela
429 deve ser incisiva por se tratar de uma pessoa pública, independentemente da parceria já realizada.
430 Consensuado em manter a redação da nota, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em
431 processo de votação a proposta de Nota Pública do CNDH sobre a Fala de Xuxa (Maria da Graça
432 Meneghel), a qual foi aprovada por maioria, com as seguintes declarações de votos favoráveis:
433 CNPG, CUT, DHESCA, FNDC, MNDH, OAB, UBM, UNISOL, CFP, ABGLT, CONAM, DPU.
434 Abstiveram-se: MMFDH, MRE, MJSP, PF. **Relato da Comissão Permanente Direito Humano à**
435 **Alimentação Adequada - Conselheiro Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura
436 Júnior informou que a primeira reunião teve como propósito a reconstituição da Comissão e a
437 definição dos eixos centrais para atuação no biênio. Em seguida, realizou a leitura da proposta de
438 Recomendação que recomenda a reconstituição da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e
439 Nutricional prevista na Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. A Conselheira Eneida Canêdo
440 Guimarães dos Santos afirmou que a reconstituição dessa Câmara é fundamental nos dias atuais
441 diante a gravidade da insegurança alimentar do país. Não havendo mais manifestações, o Presidente
442 Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de votação a Recomendação que recomenda a
443 reconstituição da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional prevista na Lei nº
444 11.346, de 15 de setembro de 2006, a qual foi aprovada por maioria, com as seguintes declarações
445 de votos favoráveis: CNPG, CUT, DHESCA, PF, FNDC, MNDH, OAB, UBM, MNMMR,
446 UNISOL, CFP, CONAM, DPU. Abstiveram-se: MMFDH, MRE, MJSP. O Conselheiro Marcelo
447 Chalreo propôs que essa recomendação fosse encaminhada ao primeiro presidente do Conselho
448 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Dom Mauro Morelli, que possui
449 grande articulação e capilaridade com a rede de proteção nutricional e alimentar, o que foi acatado.
450 Encaminhamento: Encaminhar a recomendação para o primeiro presidente do CONSEA, Dom
451 Mauro Morelli - O Conselheiro Marcelo Chalreo encaminhará o contato. **Relato Reunião da**
452 **Comissão Especial Direitos Humanos e Pandemia – Conselheiros Rogério Giannini e Getúlio**
453 **Vargas:** O Conselheiro Rogério Giannini informou que a próxima reunião da Comissão está
454 agendada para o dia 12/04, com a previsão da discussão sobre o seu planejamento, bem como a

455 criação de parâmetros de responsabilização e de políticas de reparação e memória de momento
456 histórico. Relatou que, de forma mais imediata, será analisada uma proposta de recomendação
457 relativa ao PL 948/2021 aprovado pela Câmara de Deputados de privatização das vacinas, que
458 modifica a Lei nº 14.125, de 10/03/2021, destacando a verdadeira quebra de solidariedade e reforço
459 de privilégios. Propôs que a recomendação ao Senado Federal fosse encaminhada para aprovação
460 *ad referendum* da Mesa Diretora caso seja aprovada, dada a dimensão de urgência posta. O
461 Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior lembrou que todos os conselheiros do CNDH são
462 membros efetivos dessa Comissão e por isso pessoas externas não podem ser membros efetivos, o
463 que não impede o acompanhamento das reuniões como convidados. O Presidente Yuri Michael
464 Pereira Costa comprometeu-se a pautar a Recomendação na Mesa Diretora para aprovação *ad*
465 *referendum*, de forma urgente, assim que a proposta for aprovada pela Comissão. **Relato da 15ª**
466 **Reunião da Subcomissão de Políticas de Drogas e Saúde Mental – Conselheiro Rogério**
467 **Giannini:** O Conselheiro Rogério Giannini destacou o esforço do acompanhamento relativo às
468 políticas sobre drogas, principalmente da atuação nas comunidades terapêuticas. Citou sobre a
469 publicação da Portaria MC nº 625 para fiscalização de comunidades terapêuticas por meio remoto
470 sem a participação da sociedade e registrou a discussão realizada sobre as cracolândias. Salientou
471 que a Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down (FBASD) e a Associação
472 Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (ABRAÇA) participaram das discussões da
473 Comissão sobre a interlocução entre a Lei nº 10.216/2001 e a Convenção sobre os Direitos da
474 Pessoa com Deficiência. **Relato da 26ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos da**
475 **População em Situação de Rua – Conselheira Máirla da Silva Feitosa e conselheiro Eduardo**
476 **Mota:** O Conselheiro Eduardo de Carvalho Mota relatou que a última reunião da Comissão contou
477 com a presença de 15 participantes, registrando que ainda não reflete a totalidade dos integrantes.
478 Informou que, a partir das prioridades estratégicas definidas e apresentadas para a Mesa Diretora,
479 foram organizados quatro grupos de trabalho, os quais não demandarão da assessoria o
480 acompanhamento, tendo mais autonomia para organização dos seus trabalhos: 1) Resolução nº
481 40/2020, 2) Covid-19 e Pessoas em Situação de Rua, 3) Comunidades Terapêuticas, 4) Violência
482 Institucional. Arrazoou que foram resgatadas algumas questões anteriormente debatidas e
483 elaboraram alguns encaminhamentos em relação à violência à população em situação de rua no
484 Distrito Federal (DF). Alegou que a perspectiva é fortalecer o conjunto das instituições que
485 acompanham a pauta; elaborar um protocolo de atuação da polícia junto à população em situação de

486 rua; solicitar um plano de trabalho do GDF em relação à população em situação de rua; e cobrar
487 informações sobre o funcionamento do Comitê Intersetorial de Políticas para População em
488 Situação de Rua do DF. Com relação à reunião da Frente Parlamentar em Defesa da População em
489 Situação de Rua, destacou a destinação de R\$ 7.000.000,00 para implantação do Programa Moradia
490 Primeiro, piloto no DF. Relatou que, outro ponto importante, é a atividade do CNJ na construção de
491 uma resolução específica acerca do Sistema de Justiça e a população em situação de rua,
492 explanando que ficou estabelecida a apresentação de uma proposta até o dia 17/05 pelo CNDH, que
493 está sendo elaborada pelo Conselheiro Renan Sotto Mayor. Postulou que foram enviados ofícios a
494 diversas entidades informando desse processo e dando o prazo até o dia 23/04 para contribuições.
495 Notificou que as reuniões da Comissão foram transferidas para as terças-feiras a fim de atender
496 algumas demandas. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa salientou o mérito de articulação dos
497 movimentos sociais e do CNDH com o CNJ e o Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior
498 informou que a Comissão dos Direitos à Cidade deliberou diálogo com a Comissão da População
499 em Situação de Rua pelas interfaces existentes e pelo interesse de construção conjunta de algumas
500 agendas. Sugeriu que fosse elaborada uma nota conjunta de repúdio à violência dos despejos
501 ocorridos no DF pelas Comissões da População em Situação de Rua, dos Direitos à Cidade e Terra
502 e Água. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou que já foi publicada uma nota pelo
503 CNDH sobre a atuação do GDF em relação aos catadores de material reciclável, todavia, considera
504 importante a elaboração dessa nova nota. O Conselheiro Eduardo de Carvalho Mota ressaltou a
505 importância de uma manifestação célere desse Conselho e reforçou a necessidade de diálogo entre a
506 Comissão de Direitos da População em Situação de Rua e a Comissão dos Direitos à Cidade.
507 Ressaltou também a importância da Campanha Despejo Zero. O Conselheiro Getúlio Vargas de
508 Moura Júnior registrou que a Campanha Despejo Zero é uma pauta permanente da Comissão dos
509 Direitos à Cidade, colocando-se a disposição para participar das reuniões com a Comissão de
510 Direitos da População em Situação de Rua quando não houver conflito com outras agendas. O
511 Conselheiro Marcelo de Paulo Medeiros destacou que o MMFDH, por meio da SNPG, tem feito um
512 trabalho para tentar mitigar os desgastes provocados pela intervenção do GDF e afirmou que o
513 governo federal tem buscado suprir todas as necessidades. **Relato da 9ª Reunião do Grupo de**
514 **Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos – Conselheiro Leandro**
515 **Scalabrin:** O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin reconheceu a importância de uma resolução
516 sobre a violação dos direitos humanos nos casos de despejos administrativos. Com relação ao

517 Grupo de Trabalho, explicou que foi criado em função da situação de Mariana/MG e
518 Brumadinho/MG, observando que já aconteceram outros acidentes e desastres envolvendo a
519 temática de segurança de barragens, como no Maranhão. Destacou a importância desse GT diante
520 esses casos, informando que suas atividades foram retomadas em agosto de 2020 e estão pleiteando
521 a renovação do seu mandato para conclusão dos trabalhos. Postulou que estão propondo a
522 realização de quatro estudos de caso, três em Minas Gerais e um no Pará, para elaboração de um
523 diagnóstico. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa realizou um breve relato sobre o rompimento
524 de uma das estruturas da barragem da Mineração Aurizona S/A, em Godofredo Viana/MA.
525 Discorreu que o CNDH provocou inúmeras instituições e a empresa, sendo que estão sendo
526 articuladas ações para continuar o acompanhamento local. Acrescentou que estão conversando com
527 especialista o qual estudou a região para atuar como consultor *ad hoc*. O Vice-Presidente Darci
528 Friego registrou a importância desse GT para o CNDH, sugerindo que houvesse a convergência com
529 as consultorias da Dra. Deborah Duprat e do Dr. Carlos Marés, que interagem com essa questão. O
530 Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin indicou a previsão de trazer uma proposta de recomendação
531 com o resultado da consultoria na próxima plenária e fazer uma interlocução com a Comissão de
532 Litigância Estratégia, no caso de solicitação de ingresso como *amicus curiae* na ADPF de
533 Brumadinho/MG. Não havendo mais manifestações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa
534 colocou em processo de votação a Resolução que dispõe sobre a prorrogação das atividades do
535 Grupo de Trabalho sobre Mineração, Meio Ambiente e Direitos Humanos, no âmbito do Conselho
536 Nacional dos Direitos Humanos, a qual foi aprovada por unanimidade, com as seguintes
537 declarações de votos favoráveis: MMFDH, CNPG, MRE, CUT, DHESCA, PF, FNDC, MNDH,
538 OAB, UBM, MNMMR, UNISOL, CFP, ANAB, DPU. Diante o horário avançado e a observação da
539 existência de convidados, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa sugeriu a priorização de uma das
540 pautas da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade
541 em respeito à presença da Sra. Adriana Costa, porém, solicitou fosse respeitada a pauta da
542 Comissão Permanente de Direito à Cidade por também haver a presença de convidada. Aprovada a
543 proposta apresentada, passou-se ao **Relato da 22ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos**
544 **da População em Situação de Privação de Liberdade – Conselheira Vivian Mendes e**
545 **Conselheiro Everaldo Patriota**: O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota relatou que a primeira
546 reunião da Comissão contou com 14 participantes, elencando-os. Discorreu que foram definidas as
547 recomendações de construção de minuta de resolução para priorização da vacinação da população

548 privada de liberdade para apresentação na próxima reunião plenária e de realização de missão ao
549 estado do Pará, sendo que foram deliberadas as seguintes ações estratégicas: educação dos
550 servidores penais, tortura, encarceramento de massa, constitucionalidade das instituições
551 manicomial e militarização e precarização das medidas de atendimento socioeducativo, e
552 cumprimento de recomendações do MNPCT. Destacou a situação específica do estado do Pará que
553 não cumpre essas recomendações, informando que a Comissão deliberou por oficiar as autoridades
554 competentes quanto às ossadas encontradas em Altamira. A Sra. Adriana Costa agradeceu pelo
555 convite e postulou que Comissão iniciou a discussão sobre a necessidade de missão conjunta ao
556 Centro de Reeducação Feminino de Ananindeua após o recebimento do relatório da OAB Pará.
557 Mencionou que as violações trazidas nesse relatório se repetem no relatório do MNCPT de 2019
558 sobre a missão em Altamira/PA, elencando-as. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota relatou que
559 a Comissão está sugerindo a realização de missão em todas as unidades do sistema carcerário do
560 estado do Pará. A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos registrou que a Força-Tarefa
561 de Intervenção Penitenciária (FTIP) deixou o estado do Pará, porém, contribuiu para um modus
562 operandi que ainda se mantém vigente, reiterando a importância da missão proposta. O Conselheiro
563 Marcelo Chalreo observou que essa situação do Pará vem se agravando nos últimos dois anos,
564 propondo a realização de uma denúncia ao Tribunal Penal Internacional da ONU, para que essas
565 autoridades sejam enquadradas nos crimes que lesam a humanidade. A Conselheira Virgínia Dirami
566 Berriel informou que compõe o CNPCT e destacou a elaboração de dossiê pelos peritos que
567 realizaram vistorias nas penitenciárias do estado do Pará, afirmando que são assustadores os relatos.
568 Concordou com a tomada de medidas superiores, uma vez que não há medidas concretas pelo
569 governo brasileiro. A Sra. Adriana Costa informou que estão sugerindo uma missão conjunta em
570 outras unidades prisionais com maior número de denúncias, destacando: Colônia, CRPP3, CPJA e
571 CRO. Informou que o MNCPT está participando da Frente Estadual do Desencarceramento do
572 Pará, que encaminhou pela elaboração de um relatório para as instâncias internacionais. O
573 Presidente Yuri Michael Pereira Costa observou a existência de duas propostas, a primeira de
574 realização de missão conjunta e a segunda de realização de denúncias aos órgãos internacionais de
575 direitos humanos, questionando se a Comissão possui o entendimento de que seriam sucessivas. O
576 Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota compreendeu que seria mais substancial que a missão fosse
577 realizada em conjunto com o MNPCT, sugerindo que fosse presidida pelo Presidente Yuri Michael
578 Pereira Costa. Ponderou que, após a confirmação da manutenção da situação crítica, seria

579 substanciada uma denúncia aos organismos internacionais. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa
580 concordou com a sugestão apresentada e a Sra. Adriana Costa informou sobre a missão referente à
581 população LGBTI+ nos estabelecimentos prisionais, entendendo que, talvez, seria oportuno juntar
582 essas agendas. Não havendo mais comentários, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em
583 processo de votação a missão conjunta ao estado do Pará, às unidades prisionais de Ananindeua,
584 Colônia, CRPP3, CPJA e CRO, a qual foi aprovada por unanimidade, estando presente: MMFDH,
585 ANAB, CNPG, MRE, CUT, MJSP, DHESCA, PF, FNDC, MNDH, OAB, UBM, MNMMR,
586 UNISOL, CFP, DPU. O Conselheiro Marcelo de Paulo Medeiros registrou o interesse do MMFDH
587 em participar dessa missão conjunta para maiores contribuições e a Conselheira Vivian Oliveira
588 Mendes manifestou que é importante a participação da Comissão na missão. O Presidente Yuri
589 Michael Pereira Costa ponderou que a composição da missão não precisar ser realizada nesse
590 momento, alegando que serão contemplados os diferentes atores. **Relato da 9ª Reunião da**
591 **Comissão Permanente de Direito à Cidade - Conselheira Márcia Regina Teixeira e**
592 **Conselheiro Getúlio Vargas:** O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior informou sobre a
593 articulação da Campanha Despejo Zero com outros movimentos nacionais, explicando que as
594 denúncias das violações através dos despejos é uma pauta permanente da Comissão. Apresentou a
595 convidada Raquel Ludermir, que compõe o Grupo de Trabalho de Monitoramento das Ações de
596 Despejo, para exposição do levantamento realizado. A Sra. Raquel Ludermir realizou a
597 apresentação contextualizando a Campanha Despejo Zero, destacando que a sistematização dos
598 dados entre 1 de março de 2020 a 11 de fevereiro de 2021 mostram que foram mais de 9.156
599 famílias removidas durante a pandemia. Postulou que os estados do Amazonas, São Paulo e
600 Roraima possui um número alarmante de despejos, explanando que existem mais de 64.546 famílias
601 ameaçadas de remoção. Discorreu que foram identificadas 31 comunidades que tiveram os seus
602 casos de remoção suspensos por ora. O Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior salientou a
603 importância da atuação da Campanha Despejo Zero e o Vice-Presidente Darci Frigo registrou que
604 essa Campanha tem lapidado estratégias para evitar os despejos. A Sra. Isabela Alho complementou
605 informando que os casos de despejos individuais não foram colocados nos dados e avaliou que os
606 dados são subestimados, pois existem estados nos quais a Campanha ainda não chegou. Dando
607 continuidade ao relato da Comissão, o Conselheiro Getúlio Vargas de Moura Júnior informou que
608 foi aprovada a proposta de recomendação sobre o licenciamento urbanístico baseada em nota
609 técnica do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU) e a realização de discussão com a

610 Agência Nacional das Águas (ANA), Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento
611 (ONDAS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) sobre ocupações irregulares.
612 Apresentada a recomendação, o Conselheiro Marcelo Chalreo sugeriu que a Comissão Terra e Água
613 e das Cidades façam uma recomendação similar aos governadores dos estados, o que foi acatado.
614 Não havendo mais comentários, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa colocou em processo de
615 votação a Recomendação sobre o licenciamento urbanístico diante do paradigma da liberdade
616 econômica trazido pela Lei 13.874/2019, a qual foi aprovada por unanimidade, com o registro dos
617 seguintes votos favoráveis: MMFDH, CNPG, MRE, ANAB, CUT, DHESCA, PF, FNDC, MNDH,
618 OAB, UBM, MNMMR, UNISOL, CFP, ANAB, DPU, MJSP. **Relato da 28ª Reunião da**
619 **Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e**
620 **Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos**
621 **Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários - Conselheiras**
622 **Sandra Maria da Silva Andrade e Ayala Lindabeth Dias Ferreira; Conselheiros Leandro**
623 **Scalabrin e Dinamam Tuxá:** O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin indicou a importância da
624 recomposição e funcionamento da Comissão dos Direitos à Cidade e da necessidade de instituição
625 da Comissão de Segurança Pública. Explanou que a Comissão Terra e Água é composta por 36
626 membros e possui a coordenação de quatro conselheiros, o que possibilita uma resolutividade
627 maior, porém, possuem apenas uma servidora para atender todas as demandas. Discorreu que, na
628 última reunião da Comissão, estava previsto o debate das suas prioridades, todavia, não foi possível
629 diante o encaminhamento do número expressivo de 28 denúncias. Consultou sobre a construção
630 realizada pela Comissão de atribuir relatores para análise das denúncias e solicitou que as denúncias
631 fossem distribuídas entre todos os conselheiros do CNDH. Arrazou que estão debatendo a
632 proposta de realização de uma audiência temática, uma vez que há uma série de denúncias sobre a
633 paralização das demarcações de terras quilombolas e indígenas. Agradeceu a Comissão de
634 Litigância Estratégica por ter encaminhado a petição de ingresso do CNDH como *amicus curiae* na
635 ADPF da Reforma Agrária. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa salientou a existência de duas
636 questões, a primeira relacionada à proposta de distribuição das denúncias para todos os conselheiros
637 independentemente das temáticas das Comissões, que assumirá o compromisso de discutir na
638 próxima reunião da Mesa Diretora. Com relação à segunda questão, afirmou que concorda quanto à
639 possibilidade das comissões indicarem relatores, sendo que essas indicações devem ser apenas
640 apresentadas ao plenário para apreciação e designação. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin

641 esclareceu que seria a própria Comissão que aprovaria a indicação do relator e o Conselheiro
642 Everaldo Bezerra Patriota registrou como única dificuldade o fato das Comissões serem compostas
643 por vários convidados. O Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin defendeu que os todos os membros
644 oficiais das Comissões também sejam designados como relatores e a Conselheira Eneida Canêdo
645 Guimarães dos Santos sugeriu que a proposta fosse apreciada pela Mesa Diretora. O Vice-
646 Presidente Darci Frigo registrou a necessidade de a proposta apresentada fazer parte dos debates
647 sobre os fluxos do CNDH e propôs a realização de reunião com a DPU, PFDC, 6ª Câmara e a
648 Comissão de Minorias da Câmara para enfrentamento das questões. O Presidente Yuri Michael
649 Pereira Costa lembrou que uma das pautas da Comissão designada para atualização do regimento
650 interno será sobre a natureza da relatoria. O Conselheiro Marcelo Chalreo entendeu que poderiam
651 pensar como estabelecer uma melhor sinergia e articulação com os conselhos estaduais de direitos
652 humanos, uma vez que essas denúncias podem ser analisadas primeiramente por esses conselhos. O
653 Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin reiterou a necessidade de aprofundamento do debate sobre a
654 forma de acompanhamento das denúncias. Diante o horário avançado, o Conselheiro Everaldo
655 Bezerra Patriota sugeriu que passassem as deliberações dos encaminhamentos das demais
656 Comissões, visto que a Comissão de Litigância Estratégia possui dois pontos que precisam ser
657 apreciados nessa reunião. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa observou que os itens de pauta
658 não estão cabendo nos dois turnos da reunião do plenário, entendendo que ainda devem se debruçar
659 sob as propostas do Conselheiro Leandro Gaspar Scalabrin. A Conselheira Elisabeth Villela Costa
660 salientou que o relato da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de
661 Expressão ficará bastante prejudicado, ponderando que haviam elaborado uma proposta de
662 manifestação por meio de nota pública em defesa da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).
663 Informou que o governo federal assinou a portaria incluindo a EBC no sistema de privatização e a
664 nota pública terá que assumir um novo formato, sugerindo a sua retirada da pauta. Aprovada a
665 sugestão do Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota, passou-se ao **Relato da 10ª Reunião do Grupo**
666 **Referência do Pacto Nacional dos Conselhos de Direitos Humanos – Conselheira Eneida**
667 **Guimarães:** A Conselheira Eneida Canêdo Guimarães dos Santos expressou a sua preocupação
668 com a limitação do tempo de reunião e salientou sobre a importância de participação de todos os
669 conselheiros no Encontro Nacional da Rede de Conselhos de Direitos Humanos e nos encontros
670 regionais. Apresentou a proposta de Cronograma do 4º Encontro da Rede Nacional de Conselhos de
671 Direitos Humanos, que será realizado nos dias 11 e 12/05 e o Mapa atual da situação dos Conselhos

672 Estaduais e Distrital de Direitos Humanos. Ressaltou a importância da disponibilidade dos
673 conselheiros, especialmente, para o apoio nas atividades relativas aos encontros regionais diante a
674 sobrecarga de trabalho da Secretaria Executiva, sugerindo que o debate sobre esse apoio seja
675 realizado posteriormente. O Vice-Presidente Darci Frigo salientou a necessidade de avaliar na Mesa
676 Diretora a possibilidade de inclusão de mais um período de trabalho. **Relato da 6ª Reunião da**
677 **Comissão Especial de Direito à Participação Social – Conselheira Mônica Alkmim:** A
678 Conselheira Mônica de Alkmim Moreira Nunes informou sobre o pedido de posicionamento do
679 CNDH sobre o PDL 16/2021, que solicita a suspensão dos efeitos da Portaria nº 457/2021.
680 Arrazou que a Sra. Juliana Miranda, Advogada e Integrante da Comissão Especial, propõe como
681 encaminhamentos: a) Manifestação por meio de ofício ao Presidente da Câmara solicitando uma
682 agenda com a Mesa Diretora do CNDH, antecipando a necessária votação e aprovação da matéria;
683 b) Compartilhamento da Nota Pública do CNDH aos presidentes da Câmara dos Deputados, do
684 Senado Federal e suas respectivas Comissões de Direitos Humanos. Acrescentou que foi deliberada
685 pela Comissão a realização de campanha informativa do CNDH via *cards* acerca da democracia e
686 da participação popular. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa reiterou a sua disposição para
687 contribuir com a campanha, sugerindo que seja projetado o parecer produzido pela advogada e
688 integrante da Comissão Especial, Juliana Miranda, referente à proposta de representação para
689 atuação do CNDH, tendo em vista a apresentação de PDL 16/2021. Questionou se haveria alguma
690 manifestação contrária ao envio de ofício ao Presidente da Câmara e não havendo, ficou aprovado o
691 encaminhamento consolidado no parecer aprovado pela Comissão. **Relato da 1ª Reunião da**
692 **Comissão de Litigância Estratégica – Conselheiro Everaldo Patriota:** O Conselheiro Everaldo
693 Bezerra Patriota apresentou a Petição de ingresso como *amicus curiae* na ADPF 799 elaborado pela
694 Dra. Deborah Duprat e o Presidente Yuri Michael Pereira Costa lembrou que o pedido de parecer
695 sobre a matéria foi demandado pela Mesa Diretora na sua última reunião. O Vice-Presidente Darci
696 Frigo registrou a sua concordância com o ingresso como *amicus curiae* e sugeriu que a Presidência
697 do CNDH elabore manifestação ao presidente da Câmara Federal, solicitando a retirada da urgência
698 do projeto de lei referente a reformulação da Lei de Segurança Nacional, para que haja debate e
699 participação popular. Finalizadas as manifestações, o Presidente Yuri Michael Pereira Costa
700 colocou em processo de votação a Petição de ingresso como *amicus curiae* na ADPF 799, a qual foi
701 aprovada por maioria, com o registro dos seguintes votos favoráveis: ANAB, CNPG, CUT,
702 DHESCA, PF, FNDC, OAB, UBM, MNMMR, UNISOL, CFP, CONAM, DPU. Abstiveram-se:

703 MMFDH, MRE, MJSP. O Conselheiro Everaldo Bezerra Patriota agradeceu pela aprovação e
704 solicitou à Secretaria Executiva que enviassem mensagem à Dra. Deborah Duprat para ingressar na
705 ADPF. Sugeriu que, na próxima reunião, fosse dado um tempo para discutirem sobre o papel da
706 Comissão. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa solicitou também à Secretaria Executiva
707 organize a pauta de maneira a escalonar os relatos das Comissões. Encaminhamentos: a) A
708 Secretaria Executiva enviará mensagem à Dra. Deborah Duprat para ingresso como *amicus curiae*
709 na ADPF 799; b) A Secretaria Executiva deverá organizar a pauta de maneira a escalonar os relatos
710 das últimas Comissões. **Relato da 29ª Reunião da Comissão Permanente de Direito à**
711 **Comunicação e à Liberdade de Expressão – Conselheira Elisabeth Costa:** A Conselheira
712 Elisabeth Villela Costa informou que o Grupo de Trabalho de Violência Política na *Internet*
713 realizará a sua primeira reunião na próxima quarta-feira, às 14h. Informou que a Comissão é
714 composta por 44 membros, entre suplentes e efetivos, destacando que se trata de um grupo muito
715 atuante. Agradeceu a compreensão da Mesa Diretora e o empenho do Presidente do CNDH para
716 manutenção das reuniões da Comissão as quartas-feiras. Ponderou que gostariam de apresentar a
717 proposta de Nota Pública do CNDH em Defesa da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e da
718 Comunicação Pública na próxima reunião com a presença de um convidado representando a EBC
719 para auxiliar os debates. O Presidente Yuri Michael Pereira Costa assumiu o compromisso de que o
720 relato da Comissão Permanente de Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão será o
721 primeiro a ser realizado na próxima reunião. A Conselheira Virgínia Dirami Berriel informou que a
722 CUT e outras centrais sindicais e confederações da CUT entraram com uma ADPF solicitando um
723 *lockdown* nacional de 21 dias e o pagamento do Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00.
724 **Conclusão e Encerramento do 2º dia da 18ª Reunião Extraordinária do CNDH - Presidente**
725 **Yuri Costa:** O Presidente Yuri Michael Pereira Costa registrou o seu agradecimento à participação
726 de todos, finalizando a reunião.